

Localizações Contraditórias e Formação de Classes: o lugar dos trabalhadores de escritório na visão marxista*

Frederico Batista Pereira

Graduando em Ciências Sociais/UFMG

Palavras-chave: Classes sociais; marxismo; trabalhadores de escritório.

Key Words: Social classes; marxism; white collar workers.

RESUMO: O presente trabalho consiste numa revisão bibliográfica que busca apreciar a evolução da elaboração analítica do conceito de classes sociais dentro do campo teórico marxista. O fio condutor do trabalho será a busca da identificação da localização e dos interesses de classe dos trabalhadores de escritório.

ABSTRACT: This article presents a brief revision of the Marxist production in class analysis. The work intends to show the theoretical evolution of the efforts to define the class locations and class interests in the advanced capitalist societies. It is also evaluated the complex identification of the white collar workers class location.

Introdução

Desde os escritos de Marx, tem-se como referência a idéia de que as sociedades capitalistas seriam basicamente compostas pela divisão entre os proprietários dos meios de produção e os não proprietários ou trabalhadores, divisão também conhecida pela dicotomia burguesia/proletariado. No entanto, com as mudanças ocorridas desde o final do século XIX e início do século XX, em especial duas, a chamada "separação entre propriedade e controle" e o crescimento das burocracias estatais em decorrência das políticas keynesianas, vem à tona um problema ao qual Marx não pôde se dedicar sistematicamente e que causa enormes celeumas entre os estudiosos da sociologia política. É sabido que durante longos anos do século XX pôde-se verificar um notável crescimento na proporção de indivíduos ocupando os chamados "estratos médios" da população na economia, ou seja, um crescimento da população de indivíduos que não seriam nem proprietários, nem proletariado, nas designações inicialmente fornecidas por Marx (ABERCROMBIE & URRY, 1983, p. 2-6). Desde então, o modelo analítico proposto por Marx (a ser mais sistematicamente apresentado à frente no artigo) tem sido constantemente desafiado por autores de linhagens diversas, em especial weberianos.

Um problema mais específico em relação à polémica dos "estratos médios" é a localização dos trabalhadores de escritório num mapa de classes de tipo marxista. O que se pode notar nas análises de autores marxistas que buscam operacionalizar o conceito de classes e identificar corretamente as posições de classe na estrutura capitalista é a existência de uma premissa quase constante de que os gerentes, aqueles ocupantes das posições de mando nas fábricas e grandes corporações co-

merciais, pertencem à classe dos capitalistas, dos burgueses. As divergências começam a aumentar na medida em que se "desce" na hierarquia das organizações, passando pelos supervisores, pelos técnicos especialistas e, por fim, chegando à mais problemática das categorias "médias", a dos trabalhadores de escritório, ou os *white collar workers*. Este agrupamento trouxe grandes divergências entre autores da mesma tradição teórica (como veremos à frente, para o marxismo), e talvez seja o mais atraente no que diz respeito ao problema das orientações políticas de tais categorias. Muitos estudiosos afirmam categoricamente que os trabalhadores de escritório seriam proletarizados, isto é, teriam suas condições de trabalho rotinizadas e degradadas, bem como as capacidades requeridas para tais funções estariam reduzidas ao longo do tempo.

* Este artigo é uma versão reduzida de um texto produzido durante a pesquisa bibliográfica intitulada "Sistematização e avaliação do estado atual de desenvolvimento da produção teórica e empírica sobre as relações entre estratificação social e política", realizada com bolsa de iniciação científica do CNPq, de agosto de 2006 a agosto de 2007, sob orientação da professora Vera Alice Cardoso Silva, professora titular do Departamento de Ciência Política da UFMG.



Marx e o problema das classes médias

Para Marx, o surgimento do sistema de produção capitalista teria papel determinante na estruturação da ordem moderna. Segundo ele, o modo de produção capitalista seria caracterizado como um modo de organização da economia no qual os proprietários dos meios de produção material, visando o lucro, exploram a força de trabalho daqueles que não são donos da propriedade, e que têm como único meio para sobreviver a venda de sua força de trabalho. Dessa maneira, uma elaboração simples sobre as relações de produção no capitalismo seria o antagonismo inerente às relações entre patrões e empregados, uma vez que o lucro e o salário seriam grandezas inversamente relacionadas. A burguesia, dona dos meios de produção, e o proletariado, explorado pelos burgueses pela extração da mais-valia, seriam as duas grandes classes em confronto no modo de produção capitalista.

Além disso, a caracterização das classes no pensamento de Marx não poderia deixar de levar em conta o caráter político desses agrupamentos. A relação entre burgueses e proletários seria marcada por um componente essencial à definição das próprias classes, a saber, a exploração. É a partir da exploração do proletariado pela burguesia que se poderia pensar os interesses de cada classe e, assim, verificar que as considerações de Marx sobre as classes fazem parte de algo mais ambicioso, uma narrativa da história das sociedades humanas.

Como muitos autores que revisaram os escritos de Marx fazem questão de mostrar, as previsões do pensador para o futuro do capitalismo teriam falhado, tanto em virtude de uma crença infundada no potencial revolucionário do trabalhador, como também em virtude de seu esquema simplista de definição das classes. Além disso, Marx teria subestimado a possibilidade de que o modo de produção capitalista pudesse lidar com suas próprias contradições. O potencial do proletariado enquanto classe revolucionária não se realizou, tanto pela fragmentação no interior da própria classe, com uma divisão crescente das tarefas manuais entre um número cada vez maior de ocupações diferenciadas, quanto pelo surgimento e crescimento proporcional dos chamados "estratos médios".

Entretanto, seria equivocado atribuir a Marx um esquema simplista de classes, bem como previsões superficiais sobre o futuro das sociedades capitalistas, revelando uma visão tacanha e míope por parte do autor¹. Pelo contrário, ao analisarmos com mais cuidado os escritos de Marx, podemos notar que estes se caracterizam muito mais por uma perspicácia na visão das mudanças no modo de produção capitalista, como também por uma refinada concepção da estrutura de classes das sociedades que Marx pôde observar.

Primeiramente tomemos algumas considerações de Giddens (1975) sobre o modelo dicotô-

mico de classes proposto por Marx. Segundo Giddens, seria possível falar apenas em um modelo dicotômico apenas na medida em que se tem em mente uma visão mais abstrata das análises de Marx. No "modelo abstrato" de classes existiriam, de fato, apenas os dois pólos antagônicos do modo de produção capitalista, a burguesia e o proletariado, assim como a pequena-burguesia, que seria um terceiro agrupamento pertencente à esfera da produção simples de mercadorias (e estaria presente, portanto, não apenas no capitalismo, vindo desde o modo de produção feudal). No entanto, Giddens afirma que haveria um "modelo concreto" de estrutura de classes nos escritos de Marx, e este teria sido desenvolvido por Marx de maneira pouco sistemática em duas oportunidades nas quais o pensador se propôs a analisar casos históricos concretos, a saber, em *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte* (escrito em 1848), e em *Luta de Classes na França* (escrito em 1871). Giddens procura sistematizar o "modelo concreto" de Marx. Segundo ele, a lógica desse "modelo concreto" se baseia na identificação, por parte de Marx, de que ao analisar os casos concretos, seria necessário levar em conta a co-existência de dois modos de produção com predominância de apenas um. Sendo assim, no modo de produção feudal, a burguesia mercantil seria uma classe própria do modo de produção posterior (o capitalista), e no modo capitalista poderíamos notar a presença de classes oriundas do modo anterior, como, por exemplo, os camponeses e a aristocracia agrária. Além disso, na análise desses casos concretos, Marx teria reconhecido a existências das frações de classes.

Segundo um intérprete dos escritos de Marx sobre as classes médias, Vallon Burris, o pensador não teria realizado uma análise sistemática do problema, tendo, no máximo, se referido a certos estratos ocupacionais, enquadrando-os em uma das duas classes antagônicas, por meio de introduções de critérios *ad hoc* para a definição das classes². É o que ele faz, por exemplo, em relação aos empregados do comércio e trabalhadores de escritório (os que nos interessam mais aqui), os quais, segundo ele, pertenceriam ao proletariado devido às condições de trabalho semelhantes, mesmo não produzindo mercadorias diretamente (BURRIS, 1995, p. 22). Também no que diz respeito aos engenheiros e supervisores, Marx introduz o critério do poder de mando sobre outros para enquadrar tais categorias ocupacionais na classe burguesa (1995, p. 22-23).

As implicações das análises de Marx sobre as classes sociais são mais do que conhecidas. Como dissemos mais acima, a partir dos escritos desse autor iniciaram-se vários debates sobre a definição das posições de classe nos estágios mais avançados do capitalismo. Para os propósitos do presente trabalho, focalizaremos a evolução desses esforços no interior do campo marxista, enfatizando a maneira como alguns (não todos) autores importantes trataram de definir especificamente a posição de classe dos trabalhadores de escritório, bem como suas orientações políticas.

¹ Em geral, tais conclusões apressadas são retiradas de leituras como a de *O Manifesto do Partido Comunista*, escrito em 1848. Pode-se dizer que esse texto deva ser avaliado muito mais por seu caráter panfletário e retórico do que por pretensões analíticas mais acuradas da parte de Marx.

² Faz-se mister a atenção a esses critérios *ad hoc* introduzidos por Marx, como o poder de mando e as condições de trabalho. À frente veremos que eles serão retomados de forma mais sistemática e cuidadosa pelos autores que têm o intuito de salvaguardar o arcabouço marxista para a definição das classes.

Nicos Poulantzas: determinação estrutural das classes

Primeiramente, é preciso assinalar que um certo conceito tem papel crucial no entendimento da proposta do grego Nicos Poulantzas, o de "formação social" (POULANTZAS, 1973, p. 32-33). Uma "formação social" é entendida no campo marxista como denotando, em termos simples, o fato de que existem diferentes sociedades do ponto de vista empírico, cada qual com seu modo específico de desenvolvimento histórico, ou seja, com um modo específico de realização do capitalismo enquanto uma forma mais geral de sistema econômico (ROSS, 1978, p. 171)³. Tendo isso em vista, verificamos que Poulantzas se mostra preocupado em elaborar um quadro analítico que leve em conta os diferentes aspectos das práticas sociais na determinação das posições de classes. É por isso que o autor introduz a noção de "determinação estrutural das classes", para designar o fato de que as classes são definidas por critérios econômicos, políticos e ideológicos, ao mesmo tempo. Os critérios econômicos compreendem a divisão entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo, entendendo trabalho produtivo como aquele envolvido diretamente na produção da mais-valia. Os critérios políticos envolvem a supervisão do processo produtivo, ou a dominação política do capital sobre a classe operária na divisão social do trabalho. Já os critérios ideológicos, por sua vez, são representados pela divisão entre trabalho mental e manual, já que tal divisão exclui a classe operária do conhecimento secreto do processo de produção e pode ser, portanto, um critério determinante na diferenciação entre posições de classes⁴.

O quadro analítico de Poulantzas se configura quando o autor busca articular esses critérios para determinar as posições de classes no modo de produção capitalista. A burguesia e o proletariado seriam determinados pelos pontos extremos nos critérios definidos acima, de modo que a determinação estrutural da posição da burguesia fica caracterizada por esta se enquadrar: 1) no pólo improdutivo (critério econômico); 2) ter poder de mando e supervisão (critério político) e; 3) ser dotada do "segredo do conhecimento" sobre o processo produtivo (critério ideológico). O proletariado, por sua vez, é definido por: 1) estar no pólo produtivo (critério econômico); 2) ser subordinado (critério político) e; 3) realizar trabalho manual (critério ideológico). Até este ponto, a abordagem de Poulantzas não apresenta grandes problemas. Entretanto, quando surge a tarefa de definir as fronteiras das posições intermediárias é que aparecem os problemas do quadro analítico de Poulantzas. O autor não é muito rigoroso ao articular os três critérios estabelecidos de modo a obter uma determinação nítida das posições das classes. Segundo o autor, os trabalhadores de escritório, assim como os de comércio, por exemplo, não poderiam pertencer à classe operária por não serem explorados diretamente na

forma da relação capitalista. Tampouco fariam parte da burguesia, uma vez que seriam subordinados nas relações políticas. Os engenheiros e técnicos, por sua vez, não seriam operários por possuírem o "segredo do conhecimento" do processo produtivo, mas também não seriam burgueses por não se apropriarem da mais-valia. Em suma, a articulação dos critérios econômico, político e ideológico na determinação estrutural das posições de classe aparecem de forma um tanto arbitrária nos escritos de Poulantzas, de maneira que os setores médios parecem mais definidos por ocuparem um "não-lugar" na estrutura de classes do que por possuírem traços objetivos comuns que os identifiquem⁵.

Mas qual será, então, a posição desses novos segmentos ocupacionais, especialmente dos trabalhadores de escritório, na visão de Nicos Poulantzas? Para o autor, a pequena burguesia tradicional e a "nova pequena burguesia" ocupariam a mesma posição de classe. O que conferiria esse caráter comum a estes dois segmentos seriam considerações de cunho apenas ideológico, como deixa claro o trecho do autor:

"Petty bourgeois individualism; attraction to the status quo and fear of revolution; the myth of 'social advancement' and aspirations to bourgeois status; belief in the 'neutral State' above classes; political instability and a tendency to support 'strong States' and bonapartists regimes; revolts taking the form of 'petit bourgeois' jacqueries. If this is correct, then these common ideologico-political characteristics provide sufficient ground for considering that these two ensembles with different places in the economy constitute a relatively unified class, the petty bourgeoisie." (POULANTZAS, 1973, p. 38)

Poulantzas ratifica a afirmação de que os setores médios seriam definidos por um "não-lugar". Ele não demonstra por que esses dois segmentos deveriam ser enquadrados numa mesma posição de classe, mas apenas faz constatações sobre orientações ideológicas resultantes da formação da classe, o que parece também ser extremamente arbitrário (ABERCROMBIE & URRY, 1983, p. 72). Além disso, como o autor parece ignorar completamente os critérios econômicos para definir sua "pequena burguesia", somos levados a concordar com a constatação de Wright segundo a qual "... o método adotado por Poulantzas torna a ideologia em si o critério decisivo para a classe" (WRIGHT, 1981, p. 55).

Guglielmo Carchedi: a identificação econômica das classes médias

O economista italiano Guglielmo Carchedi pode ser visto como um dos primeiros estudiosos do campo marxista a enxergar a posição os "estratos médios" sobre o ponto de vista da contradi-

³ Ainda sobre este ponto, sobre as diferentes ocorrências do modo de produção capitalista nas diversas formações sociais, mais especificamente as da América Latina, uma boa discussão sobre padrões ou "modos de desenvolvimento" pode ser encontrada em Alain Touraine (1989, em especial a primeira parte).

⁴ Pode parecer estranho que Poulantzas se refira à divisão entre trabalho mental e manual utilizando o termo "ideológico", visto que tal divisão pode ser vista com possuindo um caráter eminentemente técnico. No entanto, se examinarmos o pensamento do autor a partir de sua matriz althusseriana de origem, podemos notar que ele emprega o termo "ideológico" justamente por ser um autor que pensa a totalidade das práticas sociais reproduzidas na determinação das classes. Assim, o autor argumenta que a divisão manual/mental seria de caráter ideológico, pois seria reproduzida nos aparatos ideológicos do Estado como as escolas, que buscariam reproduzir tal divisão enquanto situadas no sistema global de reprodução das relações de exploração (POULANTZAS, 1973, p. 52). Para a discussão mais completa do autor sobre os aparatos ideológicos do Estado, ver a seção VI do já referido artigo (1973, p. 48) e o livro *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje* (POULANTZAS, 1978).

⁵ Para uma apreciação mais crítica e sistematizada do quadro analítico de Poulantzas, ver o segundo capítulo do livro de Erik Olin Wright intitulado *Classe, Crise e o Estado* (1981, p. 40-56), ou o mesmo texto em forma de artigo (1976, p. 3-26).

ção. Apoiando-se em Lênin, o autor afirma que o modo de produção puro de capitalismo envolve quatro dicotomias fundamentais. A primeira diria respeito à distinção entre trabalhadores produtivos e improdutivos, ou explorados e exploradores. A segunda diria respeito à distinção entre proprietários e não proprietários dos meios de produção. A terceira seria a dicotomia entre trabalhador e não trabalhador, oriunda da divisão social do trabalho. Por fim, a quarta dicotomia referir-se-ia à combinação entre as três dicotomias anteriores (CARCHEDI, 1975a, p. 10-13). A partir da consideração dessas quatro dicotomias fundamentais, Carchedi afirma que seria possível definir duas classes básicas. A classe trabalhadora seria caracterizada pelos indivíduos que são ao mesmo tempo produtores, não-proprietários, trabalhadores, cuja renda é determinada pelo valor de sua força de trabalho. A outra classe, a capitalista, seria composta pelos indivíduos que são ao mesmo tempo não produtores, proprietários, não-trabalhadores, e cuja renda deriva da mais-valia produzida na exploração do trabalho da classe oposta.

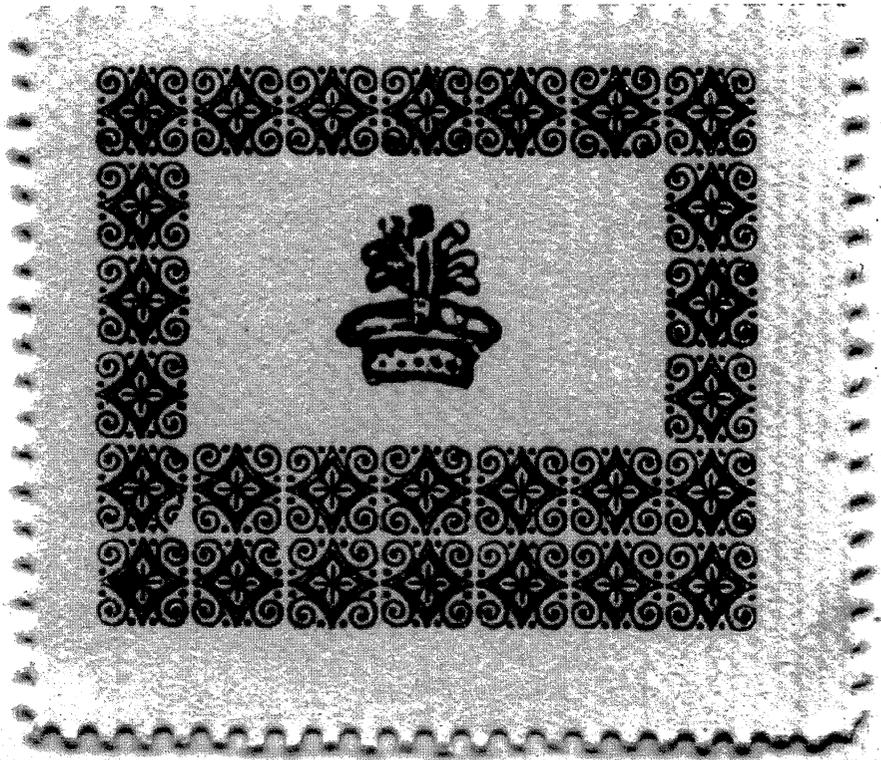
Em seguida, o argumento de Carchedi segue no sentido de elaborar uma caracterização do capitalismo em três estágios. O primeiro compreenderia a fase da mera subordinação formal do trabalho ao capital, entendendo por isto a fase na qual o desenvolvimento capitalista ainda estava em seu início. Nessa fase, a empresa capitalista seria caracterizada por reunir vários artesãos, a classe trabalhadora, sob um mesmo teto, cada qual produzindo em seu ritmo, dando conta de todo o processo de produção da mercadoria. O capitalista, nesta fase, seria representado por um único indivíduo, em geral, tendo apenas a função de garantir o controle e a vigilância dos trabalhadores, no intuito de garantir a realização do trabalho sem muitos danos a ferramentas utilizadas (fornecidas pelo capitalista). Na fase seguinte surgiria o que Carchedi chama "função do trabalhador coletivo", que consistiria no resultado dos incrementos tecnológicos e administrativos sobre o processo produtivo, levando a uma acentuada especialização das funções de produção de mercadorias de modo que o agente que produz mercadorias não mais tem conhecimento de todo o processo, mas apenas de uma parte. Dessa forma, o trabalhador, como aquele que produz integralmente a mercadoria, deve ser entendido como uma coletividade de agentes, e não como apenas um agente. Entre esses agentes, é necessário lembrar que alguns deixam de se caracterizar como sendo produtores, e passam a realizar apenas a função de coordenação do processo de trabalho (uma função improdutiva), que é considerada uma "função do trabalhador coletivo", se temos como referência a fase anterior do desenvolvimento capitalista na qual o trabalhador individual era quem coordenava o próprio processo de trabalho. Esse agrupamento, com isso, ocuparia uma posição contraditória, pois mesmo realizando uma "função do trabalhador coletivo", escaparia da definição mais estrita de classe tra-

balhadora dada mais acima. A terceira fase se caracterizaria pelo surgimento da "função global do capital", que teria um sentido análogo à função anterior, só que referida ao capital. Essa função denotaria o surgimento de uma multiplicidade de funções administrativas decorrentes do processo de especialização ocorrido na fase do capitalismo caracterizado pelos grandes monopólios. A função de controle e vigilância sobre os trabalhadores e sobre o processo produtivo, que nas primeiras décadas do capitalismo era reservada a alguns poucos agentes dentro da fábrica, passa agora a ser dividida entre diversos agentes e setores especializados, devido ao grande aumento no tamanho da estrutura produtiva e com o advento da chamada "gerência científica".

A "nova classe média" seria, na perspectiva de Carchedi, definida pelas ocupações que desempenhariam tanto a "função do trabalhador coletivo" quanto a "função global do capital", não simultaneamente, mas em momentos alternados do processo produtivo. Tais segmentos ocupacionais como, por exemplo, os trabalhadores de escritório, estariam em uma posição de classe contraditória, e só poderiam ser enquadrados em uma ou outra classe (capitalistas ou trabalhadores) a partir da avaliação do conjunto de suas atribuições e condições de trabalho em contextos específicos. A partir desse quadro analítico, Carchedi elabora sua definição do processo de proletarianização⁶. Na medida em que os "estratos médios" passam a desempenhar na maior parte de seu tempo a "função do trabalhador coletivo", em detrimento da "função global do capital", passam a ter sua renda determinada primordialmente pelo valor do trabalho, e não por explorarem a mais valia, uma vez que são "mais trabalhadores que capitalistas".

Muito embora a contribuição das análises de Carchedi no sentido de reconhecer a existência de posições eminentemente contraditórias de classe seja de extrema importância, muitos são os limites encontrados em seu quadro analítico. Pode-se dizer que, apesar de nos apresentar um esforço de sistematização da lógica da estrutura econômica do capitalismo, Carchedi termina por deixar indefinidas as demarcações das posições das "classes médias". Com isso queremos dizer que são muito imprecisas suas definições de "função do trabalhador coletivo" e "função global do capital". Como mostram Abercrombie e Urry, a "função global do capital", por exemplo, pode ser definida não apenas pelo controle e pela vigilância, mas por uma série de outros fatores que Carchedi simplesmente ignora em suas análises (ABERCROMBIE & URRY, 1983, p.64). Suas análises não nos levam muito longe no sentido de identificar mais precisamente os interesses desses novos segmentos ocupacionais utilizando critérios mais específicos. O que ele nos oferece pode ser visto, no máximo, como uma distribuição dos indivíduos no modo de produção num eixo contínuo que vai da restrita ocupação da "função global do capital", no pólo positivo, ao extremo da restrita ocupação da "função do trabalhador

⁶ Os principais escritos de Carchedi sobre a proletarianização são os ensaios da revista *Economy and Society*, (1975a; 1975b).



coletivo". Nesse eixo estariam distribuídos todos os funcionários da fábrica, por exemplo. Contudo, Carchedi não nos diz quais seriam os critérios ou as tarefas que criariam divisões discretas nesse eixo, que demarcariam mais precisamente interesses de classe comuns. Um dos esforços mais refinados nesse sentido encontraremos no autor seguinte, Erik Olin Wright.

Wright: localizações contraditórias de classe

A proposta de Wright pode ser vista como uma grande revisão das posições teóricas de vários autores dentro do campo marxista, incluindo o próprio Marx, em busca de solucionar os mais variados desafios impostos ao campo em questão. Entre os autores que fornecem subsídio teórico para as elaborações de Wright estão, evidentemente, os já analisados Poulantzas e Carchedi⁷, assim como John Roemer, que Wright toma mais posteriormente em sua carreira. Além dessa preocupação em avaliar as posições de autores anteriores, pode-se dizer que Wright também se ocupa, em boa medida, em reavaliar as próprias posições ao longo de sua carreira, o que o leva, por vezes, a modificar certos pontos de suas análises e até mesmo a abandonar premissas teóricas das quais fora tributário.

O primeiro "mapa de classes" de Wright (1981, p. 59)⁸ busca reproduzir o relacionamento das situações ou localizações contraditórias de classe com as forças de classe na sociedade capitalista. Segundo Wright, no nível do modo de produção puro do capitalismo, poderíamos encontrar apenas as duas classes já amplamente conhecidas, a burguesia e o proletariado. Já ao passarmos para o nível de abstração que leva em consideração

a totalidade das relações nas formações sociais, encontramos, além das duas classes já mencionadas, também a pequena burguesia, envolvida na produção simples de mercadorias.

Com o desenvolvimento do capitalismo avançado, podemos verificar a ocorrência de três processos centrais que modificam a relação entre capital e trabalho: a perda de controle sobre o processo produtivo pelos trabalhadores (processo também conhecido como separação entre propriedade e controle, ou separação entre propriedade econômica e propriedade meramente jurídica), a diferenciação das funções do capital e o desenvolvimento de hierarquias complexas no interior das organizações. Com o desenvolvimento do capitalismo e o aprofundamento desses três processos, passam a existir funções nas organizações que ocupam lugares tanto da burguesia quanto do proletariado, isto é, funções que podem, por exemplo, designar agentes que não são proprietários legais das ações da empresa, mas que ao mesmo tempo controlam amplamente o processo produtivo, como o caso dos gerentes. Essas posições, segundo Wright, não seriam propriamente forças sociais como as classes propriamente ditas, mas se caracterizariam por estarem em situações contraditórias de classe. Seria essa a maneira como Wright resolve, em seu primeiro "mapa de classes", a situação dos "estratos médios". Seriam três os principais critérios que determinariam a localização de tais estratos: o controle sobre investimentos e recursos, o controle sobre os meios físicos da produção e o controle sobre a força de trabalho de outros. A partir deles, o autor define a posição dos gerentes como estando em contradição entre a burguesia e o proletariado, os trabalhadores semi-autônomos estariam entre a pequena burguesia e os trabalhadores e os pequenos em-

⁷ Encontramos as referências a Poulantzas especialmente no segundo capítulo de *Classe, Crise e o Estado* (1978), que um pouco antes aparece na forma de artigo (WRIGHT, 1976). Nesse texto, Wright faz uma análise minuciosa da teoria de classes de Poulantzas e avalia seus desdobramentos utilizando seu arcabouço teórico para analisar a estrutura de classes dos Estados Unidos. A referência à proposta de Carchedi apenas aparece explicitamente numa nota de rodapé do já mencionado *Classe, Crise e o Estado* (1978, p. 57).

⁸ Referimo-nos aqui ao "mapa de classes" encontrado no livro *Classe, Crise e o Estado*, cuja primeira publicação é datada de 1978. No entanto, a primeira versão deste mapa é, na verdade, datada de 1976, quando da defesa da dissertação de doutorado de Wright pela Universidade da Califórnia. A dissertação era intitulada *Class Structure and Income Inequality*. Posteriormente, em 1979, esta dissertação foi publicada em forma de livro, com o nome *Class Structure and Income Determination* (New York, Academic Press).

pregadores teriam sua localização contraditória entre a burguesia e a pequena burguesia. Além disso, a distinção entre níveis de controle (podendo ser o controle de três tipos: sobre investimentos, sobre os meios de produção e sobre força de trabalho), podendo estes serem definidos como total, parcial, mínimo e nenhum, permite a Wright distinguir não apenas uma posição contraditória entre cada uma as forças principais (burguesia, proletariado e pequena burguesia), mas um total de quatro localizações. Tendo em vista esse quadro, resta a questão de saber se os trabalhadores de escritório poderiam ser qualificados como semi-autônomos ou como pertencentes à classe operária. Segundo Wright, que se apóia nas análises de Harry Braverman (1981), o segmento *white collar* possuiria autonomia apenas superficial (ou nenhuma autonomia ou controle sobre o próprio trabalho) em suas funções, sendo posicionados, por conseguinte, dentro da classe operária⁹. Nota-se, com isso, que Wright é favorável à tese sobre a proletarização dos trabalhadores de escritório¹⁰.

Os problemas decorrentes dessa primeira proposta de Wright são variados. Primeiramente, o autor enfrenta um grande problema quando tenta operacionalizar sua tipologia de classes utilizando os dados de *survey*, e nota que seria impossível identificar as situações contraditórias de classe entre a pequena burguesia e o proletariado, especialmente na diferenciação entre os trabalhadores semi-autônomos e a classe operária (EDGELL, 1993, p. 19). Entre outros pontos problemáticos, cabe assinalar a crítica que afirma ser a distinção entre as posições de classe e as localizações contraditórias demasiado rígidas. Com isto pretende-se mostrar que, muitas vezes, se aplicados regidamente os critérios definidos por Wright, corre-se o risco de criar distinções muito cortantes entre posições muito difíceis de serem diferenciadas, de um ponto de vista prático.

No livro *Classes*, de 1985, Wright realiza um "acerto de contas" em relação aos vários pontos problemáticos apontados em sua primeira proposta. Primeiramente, o autor busca enfatizar as relações entre as classes sob o prisma da exploração, categoria que fora marginalizada em *Classe, Crise e o Estado*, em detrimento da dominação como definidora das relações entre as posições de classe. Nesse sentido, o autor procede numa revisão da contribuição de John Roemer (1982), que enfatizara a categoria de exploração como base para uma abordagem compreensiva das análises das classes e para a revisão da posição de classe das "novas classes médias". A partir dessa revisão, Wright passa a definir exploração da seguinte maneira:

"Exploitation will be defined as an economically oppressive appropriation of the fruits of the labour of one class by another. [...]" (WRIGHT, 1997a, p. 77)

Essa concepção de exploração é articulada à definição de tipos de apropriação de ativos existentes no interior do modo de produção capitalista, os ativos de qualificação e os ativos de dominação ou ativos organizacionais, além da possibilidade ou não de contratar trabalhadores. Ao pensar e operacionalizar o conceito de exploração de maneira múltipla, a análise de Wright permite conceber as localizações contraditórias de classe como ocupadas por aqueles agentes que são exploradores no que tange a um tipo de ativo, e que são explorados ao mesmo tempo em outro ativo (FIGUEIREDO SANTOS, 2002, p. 49). O próximo passo no sentido de elaborar um "mapa de classes" mais complexo, capaz de identificar com mais precisão as posições de classes, passa a ser a decomposição das funções de exploração de ativos de modo que se possibilite identificar as categorias que são criadas a partir disso.

O novo "mapa de classes" de Wright apresenta divisões muito mais complexas do que as teorias anteriores tendiam a propor. Desta vez, resulta um total de 12 classes (o dobro em relação ao primeiro "mapa"), o que implica uma reviravolta significativa em relação às aspirações mais tradicionais do campo marxista, tanto do ponto de vista da definição das posições de classes, quanto do ponto de vista das possibilidades de ação política da classe trabalhadora. Esse novo "mapa" pode ser lido, segundo Edgell (1993, p. 20), de duas maneiras. Podemos notar, primeiramente, que a divisão básica entre proprietários e não-proprietários dos meios de produção continua a ocupar lugar central, diferenciando burgueses (que possuem capital suficiente para contratar trabalhadores e não trabalhar), pequenos empregadores (que possuem capital suficiente para contratar trabalhadores, mas têm que trabalhar) e pequena burguesia (que possuem suficiente capital para trabalhar por conta própria, mas não para contratar trabalhadores) das demais situações de classe, tais como o proletariado e os gerentes e supervisores em seus mais variados níveis de qualificação. A segunda maneira de se ler esse novo "mapa de classes" consiste em focalizar apenas os não-proprietários dos meios de produção, verificando que estes se dividem no que diz respeito o grau de ativos organizacionais e de qualificação que cada segmento controla (*ibidem*)¹¹.

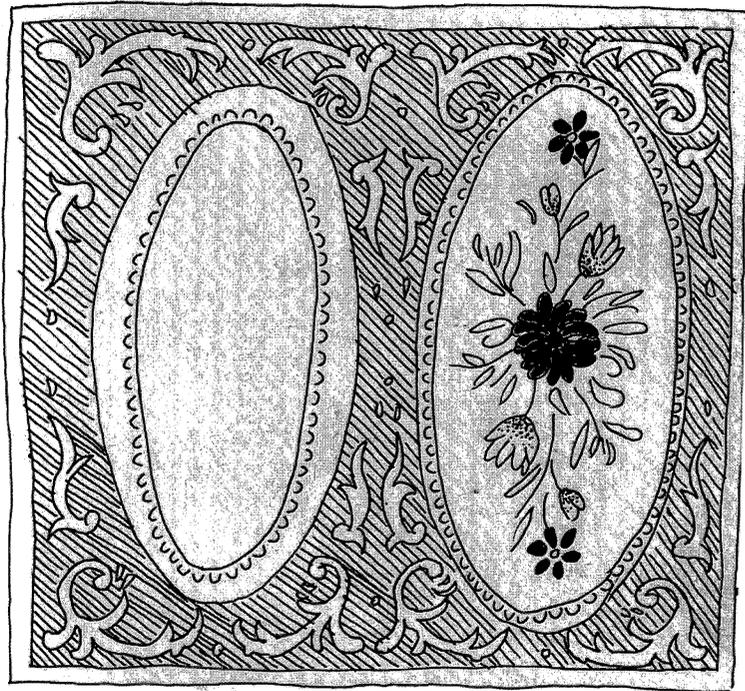
No que tange à posição de classe dos trabalhadores de escritório, podemos verificar que esse segundo mapa também deixa a questão em aberto, isto é, cabe verificar, na formação social em questão, que grau de controle esse segmento possui sobre os ativos de qualificação e de dominação. Seu alinhamento, do ponto de vista de seus interesses econômicos, depende do quanto esses trabalhadores de escritório se encontram proletarizados no processo de desenvolvimento do capitalismo.

É possível concluir que o segundo "mapa de classes" elaborado pelo autor representa uma grande evolução na busca de operacionalizar o conceito de classes, especialmente na medida em que passa a abarcar um critério relativo à

⁹ Wright assume que o grau de autonomia que diferencia trabalhadores autônomos, semi-autônomos e não autônomos aparece definido com certo teor de arbitrariedade (1981, p. 77). Nesse sentido, o máximo que o autor consegue fazer no sentido de diminuir esse teor de arbitrariedade é afirmar: "o critério mínimo que adotarei de passagem que essas posições devem implicar pelo menos algum controle sobre o que é produzido e como é produzido. [...]" (*ibidem*).

¹⁰ O que não implica que o autor defenda a mesma postura no tratamento de todos os segmentos da "nova classe média", incluindo gerentes, supervisores, técnicos, engenheiros, entre outras categorias. Essas últimas categorias são vistas por ele como ocupando localizações contraditórias, ao contrário dos trabalhadores de escritório, que seriam pertencentes à classe operária.

¹¹ A tabela que consiste na sistematização desse novo "mapa de classes" de Wright pode ser encontrada no livro *Classes* (1997a, p. 88).



qualificação. Sobre a introdução dessa dimensão, muitos críticos não tiveram dúvidas em afirmar o alinhamento da proposta de Wright ao campo weberiano de análise das classes, ao passo que outros procuraram mostrar que, em boa medida, o critério relativo à exploração dos ativos de qualificação é mais útil na medida em que denota divisões intra-classes, muito mais do que entre diferentes classes (EDGELL, 1993, p. 23-26). Outras críticas se preocupam em formular a pergunta sobre se a introdução das hierarquias múltiplas de estratificação não teria o efeito de minimizar importância do critério da propriedade dos meios de produção no arcabouço de uma teoria de classes que se pretenda marxista. Também se problematiza a categorização ou a divisão arbitrária dos critérios de controle sobre os ativos organizacionais e de qualificação em divisões tripartites, já que tais hierarquias não seriam intrinsecamente dessa natureza¹².

Conclusões: posições de classe e formação de classe

Ao tratarmos da evolução do campo marxista no sentido apresentado acima, deixamos de lado uma questão crucial no que concerne ao tema das classes, especialmente no campo marxista. De que maneira esses avanços analíticos contribuem para um melhor entendimento da formação de forças sociais protagonistas do conflito político que Marx chegou a afirmar ser a grande característica da história das sociedades¹³? Seria possível afirmar que a busca por tal rigor analítico na definição das posições de classe acaba por minimizar uma questão ainda mais importante para o campo marxista, a saber, aquela sobre o sentido da luta de classes no capitalismo avançado?

Nos dias atuais parece difícil sustentar uma postura teórica que trata as classes como

agrupamentos estruturados, ou seja, como comunidades de indivíduos que compartilham uma identidade de classe e se mobilizam na defesa de seus interesses econômicos. Em primeiro lugar, uma perspectiva dessa natureza tem que se defrontar com os questionamentos colocados pelos teóricos da teoria dos jogos que mostraram o problema da indeterminação da conduta política pelos membros de uma mesma classe, uma vez que o membro de uma classe poderia considerar a mobilização custosa e deixar que a classe se organize em prol da conquista de seus interesses. Sendo assim, o indivíduo não arca com os possíveis custos de participação na luta e ainda se beneficia das conquistas obtidas¹⁴. Além dessa crítica, uma lista de autores também buscou apontar os limites das classes como principais forças nos conflitos políticos modernos afirmando que dificilmente a classe seria o molde determinante da ação de indivíduos, pois seus motivos e intenções estariam quase sempre condicionados por diversos tipos de desigualdade, como as de cor e de gênero, por exemplo (BEYNON, 1996). No entanto, muitos críticos lançam mão de argumentos como esses para afirmarem a falência do conceito de classes como um dos mais importantes no entendimento da dinâmica das sociedades atuais, especialmente no que concerne às classes como atores nos conflitos políticos. Consideramos necessário ponderar sobre os possíveis excessos de tais críticas, a começar por uma distinção conceitual muito necessária propugnada por Wright, a respeito do conceito de "formação de classe":

"The expression refers to the formation of collectively organized social forces within class structures in pursuit of class interests. If class structures are defined by the antagonistic social relations between class locations, class formations are defined by

¹² Para uma apreciação mais detalhada das críticas de caráter mais específico ao esquema de Wright, ver Figueiredo Santos (2002, p. 59-66).

¹³ Ao levantarmos esse questionamento, temos em mente a seguinte afirmação, posta pelo próprio Marx: "A História da Sociedade se confunde até hoje com a história das lutas de classe. [...]" (MARX, 1984, p. 19). Evidentemente, sabemos do caráter retórico do contexto no qual encontramos tal afirmação, mas é válido lembrar que essa espécie de filosofia da história pode ser inferida a partir da análise de outros trechos da obra do autor.

¹⁴ Sobre esse questionamento colocado pelos autores da abordagem *public choice*, ver Reis (1991).

cooperative social relations within class structures. Strong, solidaristic relations in which individuals are prepared to make significant sacrifices for collective goals would be one form of class formation, but class formation can also be more narrowly instrumental, without strong solidarities binding people together." (WRIGHT, 1997b, p. 191)

Podemos notar, no trecho acima, que Wright supõe a existência de uma distinção entre a mera localização de classe e o processo de formação de classe. Segundo ele, são necessárias algumas condições que favoreçam a formação dessas bases de solidariedade comuns ou de identificação no que diz respeito à resolução de algum problema de caráter estratégico. Em contextos específicos, a mobilização por parte de indivíduos na mesma posição de classe pode ocorrer. Essa consideração parece ser muito plausível. Como mostra Beynon (1996, p. 267-272), é possível identificar contextos específicos nos quais certas manifestações e mobilizações de grupos se configuram como movimentos de classe. Nesses contextos podemos falar em classe no sentido forte. Segundo Göran Therborn (1983, p. 40), certas circunstâncias históricas específicas no decorrer do desenvolvimento capitalista das formações sociais podem conjugar as condições de reprodução das classes de forma favorável à formação das classes. Esses mecanismos de reprodução estariam envolvidos com, entre outras coisas, rupturas e acelerações súbitas na valorização do processo de trabalho e políticas de governo que afetam diretamente as condições de trabalho ou de acumulação do capital.

No que se refere à segunda crítica, aquela que afirma a sobreposição de modos de estratificação social como sendo um fator que minimiza a força das classes nos conflitos políticos modernos, um caminho possível de resposta em favor da classe pode ser encontrado se retomarmos parte da discussão proposta por Dahrendorf em seu já referido livro (1982). Podemos nos reportar, mais especificamente, à segunda parte de seu livro, na qual o autor operacionaliza seu conceito de classes¹⁵. Dahrendorf afirma que os interesses econômicos estruturais das classes devem ser concebidos de duas maneiras: como "interesses latentes" ou como "interesses manifestos". Os primeiros dizem respeito aos interesses objetivos que o teórico infere ao localizar determinado agrupamento na estrutura de classes. No entanto, essa localização identifica apenas um "quase grupo", ou seja, uma classe que não necessariamente pode ter consciência de tais interesses. Quando determinado grupo de indivíduos pertencentes a essa classe se mobiliza criando um "grupo de interesse" (partidos, sindicatos, entre outras organizações) dentro da sociedade, então os interesses da classe passam a ser manifestos, os "interesses manifestos" (DAHRENDORF, 1982, p. 163). Dessa forma, os "interesses latentes" seriam aqueles definidos pela localização

da classe nos meios de produção, enquanto os "interesses manifestos" seriam aqueles encontrados nos programas dos grupos organizados, em suas formas de reivindicação e de atuação política (*ibidem*). No entanto, podemos ampliar o horizonte teórico permitido pela análise de Dahrendorf dizendo que os "grupos de interesse" podem não necessariamente manifestar os interesses de uma classe, mas também de outros grupos na sociedade, como aqueles chamados por Weber de "grupos de status".

O que decorre da síntese realizada acima é que, após a construção de "mapas de classes" tão complexos quanto os que aparecem nos estudos de estratificação social nos últimos anos, não apenas no campo marxista, a própria identificação de "grupos de interesses" que manifestem posições congruentes com os interesses das categorias criadas nesses novos mapas já nos mostra a validade do conceito de classe e a necessidade de que tal conceito seja aprimorado. Conclui-se que, na medida em que existem grupos organizados que atuam politicamente na defesa de certo conjunto de interesses econômicos, torna-se possível verificar qual ou quais localizações na estrutura de classes tais grupos organizados estão representando. Nesse sentido, a classe parece ainda ser um conceito com grande potencial explicativo na sociologia política (na medida em que ainda existem sindicatos, partidos, entre outros grupos que defendem interesses econômicos).

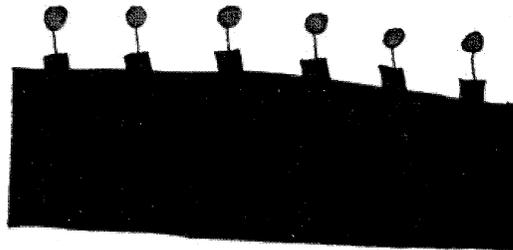
No que tange aos trabalhadores de escritório e o seu suposto processo de proletarianização, que tem implicações cruciais para a identificação de sua localização de classe e seus interesses econômicos, os avanços teóricos obtidos no campo marxista nos mostram um caminho frutífero. A grande questão referida a tal segmento diz respeito à dúvida sobre se este faria parte do proletariado, devido ao processo de proletarianização, ou se ocuparia uma localização de classe "superior", a despeito de tal processo. Vimos que Wright identifica os trabalhadores semi-autônomos como aqueles possuindo ao menos alguma parcela de controle sobre seu processo de trabalho. No entanto, o autor afirma que, com o processo de proletarianização, os trabalhadores de escritório, que a princípio poderiam ser considerados trabalhadores semi-autônomos, se localizariam na classe trabalhadora, por terem perdido o grau mínimo de controle que Wright julga ser necessário para se localizar acima da classe trabalhadora. Evidentemente, esse grau mínimo de controle, como vimos, acaba por ser uma medida arbitrária adotada por Wright na diferenciação entre essas localizações de classe. Entretanto, essa arbitrariedade não parece ser um grande problema. Seria possível dizer, em certa concordância com Abercrombie e Urry (1983), que a localização de classe dos trabalhadores de escritório seria uma questão em aberto, pois dependeria do estágio de desenvolvimento do modo capitalista em cada formação social específica. Sendo assim, em certas formações sociais, o processo de proletarianização

¹⁵ Grande parte dos críticos de Dahrendorf baseia suas críticas apenas na primeira parte do modelo proposto pelo autor, na qual este propõe que as classes devem ser definidas pelo critério da posse ou da falta de autoridade nas associações imperativamente coordenadas. No entanto, é difícil encontrar uma crítica que proceda numa análise mais sistemática da segunda parte do livro. Não é esse o nosso objetivo aqui, mas cabe dizer que a literatura sobre as teorias de classes negligenciou, em boa medida, a segunda parte da proposta de Dahrendorf.

dos *white collar workers*, devido a uma diversidade de circunstâncias históricas, poderia se encontrar em um nível mais agravado, ao passo que em outras formações sociais tal processo poderia não ser tão significativo. O limite de proletarização que definiria a localização desse segmento seria dificilmente definido sem alguma parcela de

arbitrariedade. Contudo, do ponto de vista das conseqüências políticas de tal processo, poderia se verificar se a proletarização do segmento em questão faz com que estes trabalhadores se alinhem politicamente aos operários, ou se ainda possuem grupos e estratégias diferenciadas de reivindicarem seus interesses.

Submetido em Agosto de 2007
Aprovado em Novembro de 2007



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABERCROMBIE, N. & URRY, J. (1983). *Capital, Labour and the Middle Classes*. London, George Allen and Unwin.
- BEYNON, Huw (1996). "A Classe acabou? Reflexões sobre um tema controverso". *Dados*, 39, 2: 253-277.
- BURRIS, Vallon. "The Discovery of the New Middle Classes" (1995). In: VIDICH, Arthur (org.). *The New Middle Classes: Life-Styles, Status Claims and Political Orientations*. New York: New York University Press.
- BRAVERMAN, Harry (1981). *Trabalho e Capital Monopolista: A Degradação do Trabalho no Século XX*. Rio de Janeiro, Zahar.
- CARCHEDI, Guglielmo. (1975a). "On the economic identification of the new middle class". *Economy and Society*, 4, 1: 1-86.
- _____. (1975b). "Reproduction of social classes at the level of production relations". *Economy and Society*, 4, 2: 361-417.
- DAHRENDORF, Ralf (1982). *As Classes e seus Conflitos na Sociedade Industrial*. Brasília: Editora Unb.
- EDGEELL, Stephen. (1993). *Class*. London, Routledge.
- FIGUEIREDO SANTOS, José Alcides. (2002). *Estrutura de Posições de Classe no Brasil — Mapeamento, Mudanças e Efeitos na Renda*. Belo Horizonte, Editora UFMG; Rio e Janeiro, IUPERJ.
- GIDDENS, Anthony (1975). *A Estrutura de Classes das Sociedades Avançadas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- MARX, Karl (1984). *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo, Global Editora.
- POULANTZAS, Nicos. (1973). "On Social Classes". *New Left Review*, 78, march-april: 27-54.
- _____. (1978). *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje*. Rio de Janeiro, Zahar.
- REIS, Bruno P. W. (1991). "O Conceito de Classes Sociais e a Lógica da Ação Coletiva". *Dados*, 34, 3: 415-441.
- ROEMER, John (1982). *A General Theory of Exploitation and Class*. Cambridge, Mass; Harvard University Press.
- ROSS, George (1978). "Marxism and the New Middle Classes: French Critiques". *Theory and Society*, 5, 2: 163-190.
- THERNBORN, Göran (1983). "Why some classes are more successful than others". *New Left Review*, 138, march-april: 37-55.
- TOURAINÉ, Alain (1989). *Palavra e Sangue. Política e Sociedade na América Latina*. São Paulo, Trajetória Cultural/Editora Unicamp.
- WRIGHT, Erik Olin. (1976). "Class Boundaries in Advanced Capitalist Societies". *New Left Review*, 98, july-august: 3-41.
- _____. (1981). *Classe, Crise e o Estado*. Rio de Janeiro, Zahar.
- _____. (1997a). *Classes*. London, Verso.
- _____. (1997b). *Class Counts: comparative studies in class analysis*. Cambridge, Cambridge University Press.